

Proposta de Bresser varia para cada credor

BRASÍLIA — O governo brasileiro vai insistir na proposta de renegociar a dívida externa com os bancos credores de forma diferenciada: uma parte pelos moldes convencionais, com prazos maiores e juros mais baixos, e a outra, através da transformação do débito em títulos brasileiros, que seriam adquiridos pelos credores a preço de mercado, logo, com seu valor real reduzido, formalizando assim o deságio. A renegociação também será particularizada: as propostas brasileiras são diversas e variam de acordo com o porte dos bancos e com o montante devido pelo Brasil a cada um.

Da proposta brasileira, cujas linhas gerais foram reveladas ontem pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, aos integrantes da Comissão Especial do Senado para Assuntos da Dívida Externa, consta ainda o desejo de se obter no refinanciamento dos juros *spread* zero (ou seja, inexistência de taxas de risco), embora a real intenção não seja essa. O que o governo espera, de fato, segundo informou um assessor direto de Bresser Pereira após a reunião, é obter um *spread* o mais baixo possível e inferior aos conseguidos recentemente por outros países, como México e Argentina.

O Brasil também vai recusar formalmente a exigência de se estabelecer um acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional (FMI) como condição para renegociar, além de dizer que não pretende em hipótese alguma pagar juros que impliquem prejuízo das reservas cambiais. Por fim, não vai aceitar a contraproposta dos credores de que os juros sejam refinanciados por apenas dois anos.

— Isso é inaceitável, pois daqui a dois anos teremos de novo os mesmos problemas, só que ainda mais agravados — disse Bresser Pereira durante a reunião reservada com os parlamentares.

Respaldo — “O ministro Bresser, pelo que apresentou, de forma objetiva franca, deixa o país com respaldo político para negociar a dívida”, assegurou o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (PFL-RS), que falou em nome da comissão presidida por ele. A oposição, representada na Comissão pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE), também deu seu “apoio racional” ao ministro da Fazenda.

O ministro da Fazenda conseguiu o apoio dos senadores ao expor os quatro objetivos básicos que norteiam a proposta brasileira de renegociação: assegurar o crescimento econômico do país, através da redução da remessa de divisas para o exterior; reintegrar o Brasil no sistema financeiro internacional; encontrar uma solução a longo prazo para a dívida brasileira, (em torno de 30 a 35 anos); e dar mais segurança aos investimentos nacionais e aos estrangeiros que forem feitos no Brasil.

Para atingir essas metas, o governo pretende, como estratégia básica de ação, evitar a negociação em bloco com todos os credores, investindo no tratamento diferenciado. “O que pode não agradar a um banco de grande porte pode ser bom para um pequeno. Então, fecharemos o acordo com esse banco pequeno e faremos outra proposta para um banco maior, esclareceu, sem maiores detalhes, um assessor direto de Bresser presente à reunião de quase três horas.